



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS EM 30.03.2016

Aos 30 dias do mês de março de 2016, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Pelotas a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler, e da Assistente da Assessoria Técnica-Operacional, Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000191-53.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Ângela Rosi Almeida Chapper, pela Diretora de Secretaria Maria Antonieta Cavada Martins e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelas Gestoras, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 19.03.1971

Data da última correição realizada: 15.04.2015

Data de Implantação do PJe: 17.04.2015

Jurisdição: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Morro Redondo, Pelotas, Piratini e Turuçu.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 30.03.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Ângela Rosi Almeida Chapper	Juíza Titular	Desde 09.07.2003
Ana Carolina Schild Crespo	Juíza Substituta lotada em regime compartilhado	Desde 12.03.2012
Nivaldo de Souza Júnior	Juiz Substituto lotado em regime compartilhado	Desde 28.04.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.02.2016)



2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Pelotas, pertence à 54ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª, 3ª e 4ª Varas do Trabalho da Comarca. Essa circunscrição é dotada de lotação de 02 (dois) Juízes Substitutos, em regime compartilhado, desde 12.03.2012.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Ângela Rosi de Almeida Chapper		Juíza Titular desde 09.07.2003	Há 12 anos, 8 meses e 22 dias
2	Ana Carolina Schild Crespo		Juíza substituta lotada em regime compartilhado na circunscrição desde 12.03.2012	Há 4 anos e 19 dias
3	Nivaldo de Souza Júnior		Juiz substituto lotado em regime compartilhado na circunscrição desde 28.04.2014	Há 4 anos e 19 dias
4	Edenilson Ordoque Amaral	09.02 a 1º.03.2015 02 a 19.07.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	41 dias
		12.05 a 1º.07.2015 03.08 a 02.12.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT	170 dias
5	Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	04 a 11.05.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular para atuar no TRT	8 dias
6	Frederico Russomano (Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Pelotas)	31.07 a 02.08.2015 10 a 22.02.2016	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	16 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.02.2016)

2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total de Dias
Titular	Ângela Rosi de Almeida Chapper	Férias	09 a 16.02.2015 18.02 a 10.03.2015 02 a 10.07.2015 13.07 a 02.08.2015 10.02 a 10.03.2016	89
		Convocação para atuar no TRT	04.05 a 01.07.2015 03.08 a 18.12.2015	197



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Substitutos lotados	Ana Carolina Schild Crespo	Férias	07 a 20.01.2015 03 a 16.02.2015 18.02 a 01.03.2015 11 a 14.06.2015 20.07 a 02.08.2015 07.01 a 05.02.2016 10 a 22.02.2016	101
	Nivaldo de Souza Júnior	Férias	12.02 a 11.03.2015 31.07 a 09.08.2015 01 a 20.12.2015 10.02 a 10.03.2016	88
		Afastamento PA nº 0006687- 35.2015.5.04.0000	29.10 a 02.11.2015	5

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.02.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Maria Antonieta Cavada Martins	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretora de Secretaria (CJ3)	17.10.1994
2	Fábio Souza da Rosa	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	05.06.2014
3	Daniela Vasconcelos Rocha	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	13.10.2010
4	Diego Wetzel Escarcel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	29.05.2013
5	Rosane de Abreu Gonçalves Lopes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	29.01.1990
6	Rogério Moraes Isidoro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	03.11.2005
7	Thiago Perceu Gautério	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	11.03.2013
8	Mireza Faria Marti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	04.03.1997*



9	Adriana Gomes Larrondo	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	02.07.2001
10	Márcia Petrucci Ferreira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	25.06.2007
11	Luís Fernando Borda Soares	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	19.09.2012
12	Alexandre da Silva Leite	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	22.11.2013
13	Cíntia Nunes Garcia	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	28.04.2014*

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016 e atualizada em 29.02.2016)

* As servidoras Mireza Faria Marti e Cíntia Nunes Garcia registram lotação anterior na Unidade Judiciária, de 24.04.1995 a 29.02.1996 e de 22.09.2008 a 09.01.2013, respectivamente.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.171 processos	1.001 a 1.500	13 servidores	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Pelotas **excede** os parâmetros previstos nas referidas normas.



2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total de Dias
Adriana Gomes Larrondo	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	2
Alexandre da Silva Leite	Curso ou Evento (CURS)	1	3
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Cíntia Nunes Garcia	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	5
Daniela Vasconcelos Rocha	Curso ou Evento (CURS)	5	5
Diego Wetzel Escarcel	Curso ou Evento (CURS)	1	7
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	6	
Fábio Souza da Rosa	Curso ou Evento (CURS)	1	1
Luís Fernando Borda Soares	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	2
Márcia Petrucci Ferreira	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	130	130
Maria Antonieta Cavada Martins	Curso ou Evento (CURS)	9	9
Mireza Faria Marti	Doação de Sangue (DSAN)	2	17
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	
Rogério Moraes Isidoro	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1
Rosane de Abreu Gonçalves Lopes	Doença em Pessoa da Família (LPF)	3	3
Thiago Perceu Gautério	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016 e atualizada em 29.02.2016)

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. No Foro Trabalhista de Pelotas, houve limitação de expediente externo ao horário das 13h às 18h e interno ao horário das 10h às 18h, mantidos os prazos processuais e a realização de audiências, **no período de 09 de junho a 1º de outubro de 2015**, totalizando 3 meses e 23 dias de adesão à greve pelos servidores, conforme a Portaria do Foro Trabalhista nº 001/2015, de 09.06.2015, expedida pelo Juiz-Diretor do Foro, em exercício, Frederico Russomano; o Ofício SOPS nº 91/2015, de 1º.10.2015, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do RS, e a Portaria Conjunta da Presidência e Corregedoria deste Tribunal nº 6.038, de 19.10.2015.



Contudo, conforme a Portaria do Foro Trabalhista nº 002/2015, de 26.06.2015, expedida pelo Juiz-Diretor do Foro, **Luís Carlos Pinto Gastal**, foram suspensas as atividades regulares de atendimento ao público e audiências excepcionalmente nos **dias 29 e 30 de junho de 2015**.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidora	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Ana Carolina Batista Alfonsin	21.07.2014	10.05.2015	9 meses e 20 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Pelotas – Assistente de Juiz Substituto (FC05)*

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016)

* A servidora já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correcionada.

2.2.6 Estagiários

	Estagiária	Curso em Andamento	Período
1	Érica Oliveira Costa	Superior em Direito	desde 13.06.2014 até 12.06.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total de Horas
Titular	Ângela Rosi Almeida Chapper	-	12	71,5	83,5
Substitutos lotados	Ana Carolina Schild Crespo	-	12	28	40
	Nivaldo de Souza Júnior	-	12	13,5	25,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total de Horas
Adriana Gomes Larrondo	-	20	32,5	52,5
Alexandre da Silva Leite	-	28	4	32
Cíntia Nunes Garcia	-	20	19	39



Daniela Vasconcelos Rocha	-	60	85	145
Diego Wetzel Escarcel	-	28	23,5	51,5
Fábio Souza da Rosa	-	8	3	11
Luís Fernando Borda Soares	-	20	62,5	82,5
Márcia Petrucci Ferreira	-	20	-	20
Maria Antonieta Cavada Martins*	-	67,8	75	142,8
Mireza Faria Marti	-	20	-	40
Rogério Moraes Isidoro	20	20	52,5	92,5
Rosane de Abreu Gonçalves Lopes	-	20	41	61
Thiago Perceu Gautério	-	20	3,5	23,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 2ª Vara do Trabalho de Pelotas foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 1ª Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 1ª Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 2ª Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 1ª Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 2ª Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 1ª Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 1ª Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 2ª Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Canoas - 3ª Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 4ª Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 1ª Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 6ª Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 1ª Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 1ª Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 1ª Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 2ª Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 1ª Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 2ª Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 3ª Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 4ª Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 1ª Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 1ª Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 2ª Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 1ª Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 1ª Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 2ª Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 3ª Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 4ª Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 5ª Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 1ª Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 1ª Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 2ª Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 3ª Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 4ª Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 1ª Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 2ª Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 3ª Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 4ª Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18ª Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 1ª Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 2ª Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 1ª Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 1ª Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 1ª Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 2ª Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 3ª Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 1ª Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 2ª Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 3ª Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 4ª Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 1ª Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 1ª Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 2ª Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
TOTAL	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.492	1.454	-2,55%	1.518	4,40%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	126	200	58,73%	220	10,00%
Pendentes de finalização na fase de execução***	2.043	1.885	-7,73%	1.909	1,27%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	75	75	0,00%	72	-4,00%
Total	3.736	3.614	-3,27%	3.719	2,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

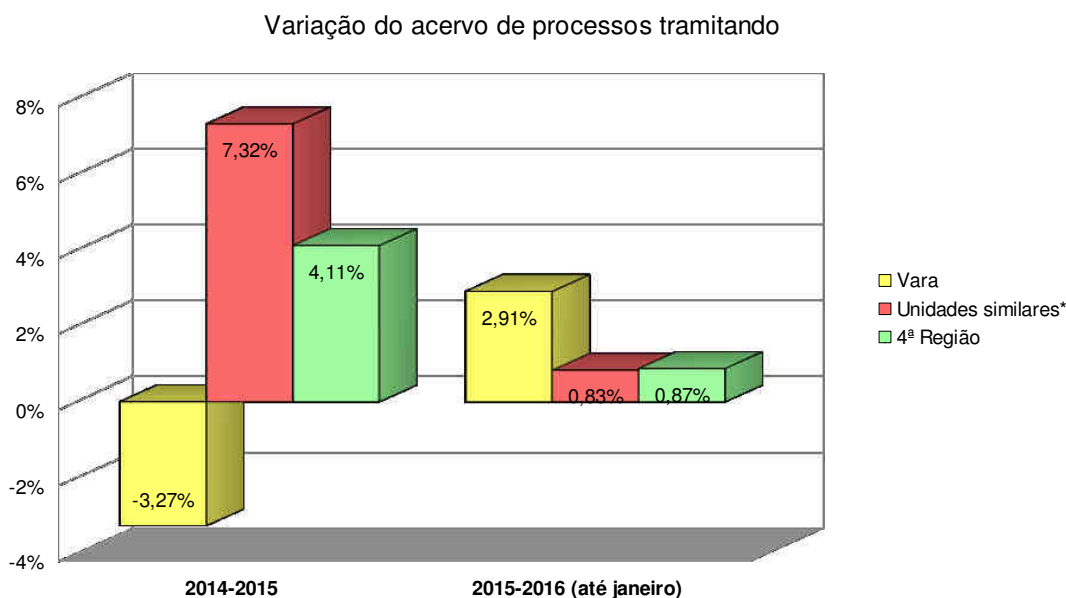
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.



*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve uma redução de 3,27% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária. A execução foi a fase que mais contribuiu para essa queda no estoque (decréscimo de 158 processos, o que corresponde a uma redução de 7,73%), ao passo que a liquidação foi a única fase que apresentou aumento em seu acervo de processos (acréscimo de 74 processos, o que importa em uma elevação de 58,73%).

A variação no estoque de processos na 2ª Vara do Trabalho de Pelotas em 2015 destoou, positivamente, da tendência verificada nas demais unidades da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram elevação de 7,32% em seu acervo médio), bem como da média de toda a 4ª Região (na qual se verificou um aumento de 4,11% no número de processos em tramitação), como aponta o gráfico abaixo:



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Casos novos	1.168	1.112	-4,79%	110	-90,11%
Sentenças anuladas/reformadas	13	8	-38,46%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.192	1.103	-7,47%	44	-96,01%
Processos pendentes de solução	599	572	-4,51%	638	11,54%

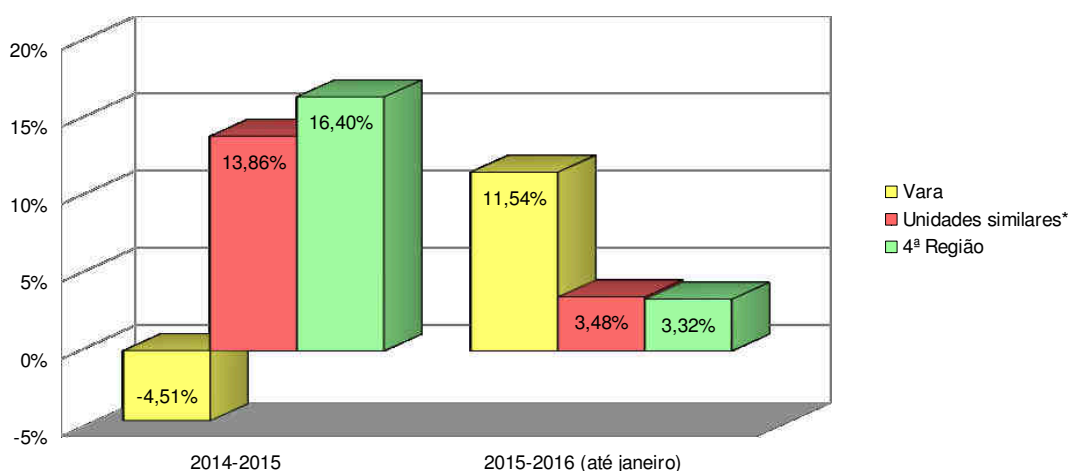
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito



No ano de 2015, registrou-se uma redução de 4,51% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 599 para 572 processos). Essa queda também destoa, de modo positivo, da tendência constatada nas unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seu acervo médio), bem como da média de todo o regional (onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal fator que contribuiu para esse decréscimo no estoque foi a queda de 4,79% na média mensal de casos novos, a qual passou de 97,33 processos, em 2014, para 92,67 processos, em 2015.

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2015 a maior parte destes (64,69%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a inexistência, em 31.01.2016, de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	257	150	-41,63%	231	54,00%
Aguardando encerramento da instrução	338	370	9,47%	371	0,27%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	4	52	1.200,00%	36	-30,77%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	0	0	-	0	-
TOTAL	599	572	-4,51%	638	11,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)



3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pelotas – 2ª Vara	102,05%	99,19%	-2,81%	40,00%	-59,67%
Unidades Similares	86,02%	89,46%	4,00%	61,44%	-31,32%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	63,67%	-28,55%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

*Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 99,19% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 2,81% em relação ao índice do ano anterior. Em contrapartida, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 9,73 e 10,08 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pelotas – 2ª Vara	66,48%	64,47%	-3,03%	6,45%	-89,99%
Unidades Similares	55,92%	54,87%	-1,87%	5,18%	-90,57%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	5,51%	-90,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

**Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 2ª Vara do Trabalho de Pelotas em 2015 foi de 64,47% do número total de processos pendentes de julgamento – resultado 3,03% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 9,60 e 9,27 pontos percentuais, respectivamente.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	535	44,88	425	38,53	6	13,64
	Julgado procedente	31	2,60	17	1,54	1	2,27
	Julgado procedente em parte	376	31,54	399	36,17	24	54,55
	Julgado improcedente	107	8,98	116	10,52	5	11,36



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Extinto	11	0,92	1	0,09	1	2,27
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	SUBTOTAL	1.060	88,93	958	86,85	37	84,09
Sem exame de mérito	Extinto	38	3,19	25	2,27	1	2,27
	Arquivamento (art. 844 CLT)	62	5,20	89	8,07	4	9,09
	Desistência	23	1,93	23	2,09	2	4,55
	Outras decisões	9	0,76	8	0,73	0	0,00
	SUBTOTAL	132	11,07	145	13,15	7	15,91
	TOTAL	1.192	100	1.103	100	44	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

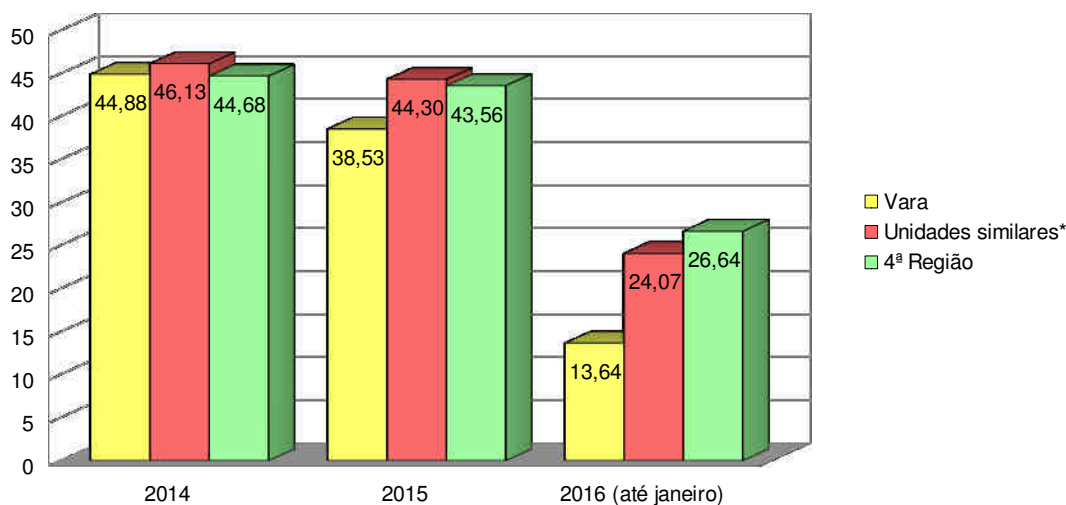
Verificou-se uma redução de 89 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 7,47%. Essa queda destoa, negativamente, das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 2,60% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014), bem como em relação à média de todo o regional (que, em 2015, apresentou um aumento de 8,13% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior).

Dentre os tipos de solução, verificou-se um ligeiro incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 525 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 533 decisões, representando um aumento de 1,52%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior tanto ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares (as quais registraram uma elevação de 8,33% no número de decisões com resolução de mérito) quanto à média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região (a qual avançou 7,56%).

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma redução no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 535, representando 44,88% dos processos solucionados; já em 2015, o número total de conciliações alcançou 425, correspondendo a 38,53% – índice inferior tanto à média das unidades similares à correccionada (que foi de 44,30%) quanto à média regional de 2015 (que foi de 43,56%), conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Iniciadas	232	259	11,64%	33	-87,26%
Encerradas	288	188	-34,72%	12	-95,95%
Pendentes	122	196	60,66%	215	9,69%
Arquivo Provisório	91	68	-25,27%	68	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 122, em 2014, para 196, em 2015, importando em uma elevação de 60,66%. Tal aumento foi bastante superior à elevação média verificada nas unidades com movimentação processual similar (10,05%) e à média de toda a 4ª Região (cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação apresentou um aumento de 5,90%).

O principal fator que contribuiu para essa elevação foi a queda de 34,72% no número de liquidações encerradas na comparação com o ano anterior, combinada com uma elevação de 11,64% no número de liquidações iniciadas em relação ao ano de 2014.



3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pelotas – 2ª Vara	124,14%	72,59%	-41,53%	36,36%	-49,90%
Unidades Similares	84,69%	89,42%	5,59%	64,74%	-27,60%
TRT4 - 1ª Instância	87,92%	88,40%	0,55%	74,84%	-15,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

*Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 72,59% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 41,53% em relação ao índice do ano anterior. Desse modo, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 16,83 e 15,81 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pelotas – 2ª Vara	68,25%	49,34%	-27,70%	5,24%	-89,38%
Unidades Similares	56,00%	55,23%	-1,37%	6,57%	-88,11%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	54,30%	-2,78%	7,13%	-86,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

**Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Pelotas em 2015 foi de 49,34% do número total de liquidações a encerrar – resultado 27,70% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi novamente inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 – em 5,87 e 4,96 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	520	356	-31,54%	27	-92,42%
	Desarquivadas para prosseguimento	864	204	-76,39%	1	-99,51%

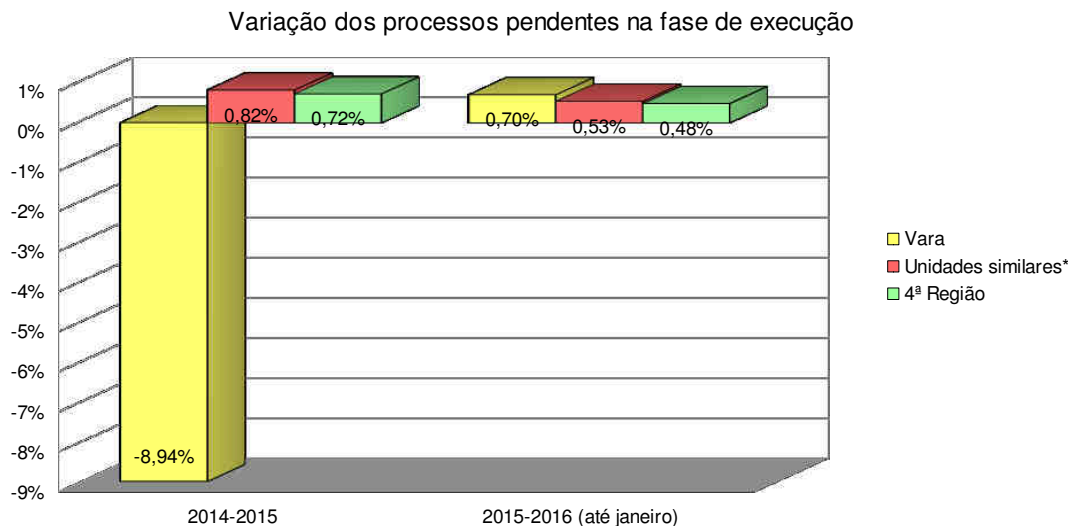


Saídas	Encerradas	593	454	-23,44%	17	-96,26%
	Arquivadas Provisoriamente	53	145	173,58%	5	-96,55%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	39	38	-2,56%	38	0,00%
	Demais	1.381	1.255	-9,12%	1.264	0,72%
	Total	1.420	1.293	-8,94%	1.302	0,70%
Saldo no arquivo Provisório		846	801	-5,32%	804	0,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

Em 2015, o acervo de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Pelotas passou de 1.420 para 1.293 processos – o que corresponde a uma redução de 8,94% em relação ao ano anterior. Tal desempenho foi superior tanto àquele registrado nas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (aumento de 0,82% no estoque médio de execuções) quanto à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão (a qual registrou um aumento de 0,72% em seu acervo médio).

O principal fator que contribuiu para essa redução foi a queda de 31,54% no número de execuções iniciadas na comparação com o ano anterior, do que resultou uma discrepância de 21,59% entre o número de execuções encerradas (454) e iniciadas (356) no ano de 2015.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pelotas – 2ª Vara	114,04%	127,53%	11,83%	62,96%	-50,63%
Unidades Similares	98,23%	79,12%	-19,45%	61,11%	-22,76%



TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	63,77%	-20,32%
----------------------------	--------	--------	---------	--------	---------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

*Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 127,53% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 11,83% em relação ao índice do ano anterior. Desse modo, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 48,41 e 47,50 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pelotas – 2ª Vara	16,82%	17,32%	2,96%	0,80%	-95,37%
Unidades Similares	15,10%	14,08%	-6,76%	0,89%	-93,71%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	1,08%	-92,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

*Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Pelotas em 2015 foi de 17,32% do número total de execuções a encerrar – resultado 2,96% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi novamente superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 – em 3,24 e 1,93 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	459	367	-20,04%	2	-99,46%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	261	241	-7,66%	9	-96,27%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.925	1.950	1,30%	1.942	-0,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das



Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Pelotas, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.01.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **06 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, cuja situação processual se encontra descrita abaixo:

1	Processo nº 0000034-41.2011.5.04.0102
Situação processual: em 26.08.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento de RPV, e determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores, seguida pelo posterior arquivamento dos autos. Em 26.11.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: em 25.09.2014, a executada “Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
2	Processo nº 0000610-63.2013.5.04.0102
Situação processual: em 25.09.2015, foi publicada decisão determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores, seguida pelo posterior arquivamento dos autos. Em 09.10.2015, foi inserido o andamento informatizado “extinta a execução/cumprimento de sentença”. Histórico BNDT: em 13.03.2014, a executada “Master Uruguaiana Serviços de Portaria e Limpeza Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
3	Processo nº 0000834-69.2011.5.04.0102
Situação processual: em 13.04.2015, foi publicado despacho tendo por cumprido o acordo celebrado entre as partes e determinando o arquivamento dos autos. Em 16.04.2015, foi inserido o andamento informatizado “extinta a execução/cumprimento de sentença”, e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: em 24.01.2014, o executado Adriano Pereira da Silva foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
4	Processo nº 0001189-45.2012.5.04.0102
Situação processual: em 14.01.2016, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante da quitação dos débitos, e determinando a exclusão do executado do BNDT, seguida pelo posterior arquivamento dos autos. Também em 14.01.2016, foi inserido o andamento informatizado “extinta a execução/cumprimento de sentença”. Histórico BNDT: em 05.12.2014, a executada “Delta Construções S/A (Em Recuperação Judicial)” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 17.12.2014, foi inserida a anotação “exigibilidade suspensa”.	
5	Processo nº 0157600-92.2007.5.04.0102
Situação processual: em 23.02.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante da quitação dos débitos, e determinando a liberação da penhora realizada, a exclusão do executado do BNDT e o arquivamento dos autos. Em 17.03.2015, foi inserido o andamento	



informatizado “extinta a execução/cumprimento de sentença”. Em 27.05.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 27.04.2012, a executada “Pillar Administração, Construção e Comércio Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 31.10.2012, a coexecutada Gicelma Marcello de Ávila foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 06.12.2012, o coexecutado Rudinei Dutra Machado foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 17.09.2014, foi inserida a anotação “exigibilidade suspensa” em relação à primeira ré. Em 07.03.2015, apenas a primeira demandada foi excluída do BNDT.

6

Processo nº 0000740-53.2013.5.04.0102

Situação processual: em 21.01.2016, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento de RPV, e determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores, seguida pelo posterior arquivamento dos autos. Também em 21.01.2016, foi inserido o andamento informatizado “extinta a execução/cumprimento de sentença”. **Histórico BNDT:** em 30.01.2015, a executada “Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.02.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.01)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	148	139	27	97	113	11	8	4	17
Antecipações de tutela	96	101	1	142	115	27	15	9	33
Impugnações à sentença de liquidação	5	15	6	5	11	6	0	3	4
Embargos à execução	67	69	34	68	65	37	0	7	30
Embargos à arrematação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	2	2	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	27	16	22	25	26	11	0	4	6
TOTAL	345	342	90	337	330	92	23	27	90

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)



Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 337 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 2,32% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 3,51% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 342 para 330. Face a esses números, verifica-se que o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 subiu de 90 para 92 processos na comparação com o ano anterior. Destaca-se, por fim, que em 31.01.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 90 processos, saldo 2,17% inferior ao do final do período anterior – sendo que as antecipações de tutela são a espécie que correspondem à maior parte (36,67%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0000208-84.2010.5.04.0102
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 18.05.2012, de embargos de declaração pela reclamada. Infere-se, entretanto, ter havido equívoco no lançamento do incidente processual apresentado pela parte ré no sistema informatizado, na medida em que, subsequentemente, foi publicado despacho, no dia 05.06.2012, deixando de receber, por ausência de garantia, os <u>embargos à execução</u> apresentados pela demandada. Verifica-se, desse modo, que segue pendente de solução até o presente momento o incidente processual equivocadamente lançado no sistema inFOR.	
2	Processo nº 0020154-66.2015.5.04.0102
Situação processual: em 11.06.2015, a parte autora formulou requerimento de antecipação de tutela , de forma inserta à inicial. Em 15.06.2015, foi publicado despacho concedendo a antecipação de tutela pleiteada pelo autor. No entanto, não foi lançado no sistema PJe o registro dessa decisão, motivo pelo qual o incidente processual permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão até a presente data.	
3	Processo nº 0079600-49.2005.5.04.0102
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 21.10.2008, de impugnação à sentença de liquidação pela parte ré. Em 04.11.2008, foi publicado despacho no qual o Juízo apreciou e rejeitou a insurgência veiculada no referido incidente processual. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
4	Processo nº 0013500-30.1996.5.04.0102
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 25.04.2012, de embargos à execução pela reclamada. Infere-se, entretanto, ter havido equívoco no lançamento do incidente processual apresentado pela parte ré no sistema informatizado, na medida em que, subsequentemente, foi publicado despacho, no dia 29.05.2012, recebendo a <u>exceção de pré-executividade</u> apresentada pela demandada, e que no dia 05.07.2013 foi lançado andamento correspondente à decisão proferida no incidente processual em tela (exceção de pré-executividade acolhida). Verifica-se, desse modo, que segue pendente de solução até o presente momento o incidente processual equivocadamente lançado no sistema inFOR.	



5

Processo nº 0169100-54.1990.5.04.0102

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 12.08.2014, de **exceção de pré-executividade** pela parte ré. Em 26.08.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo rejeitou, de plano, a insurgência veiculada no referido incidente processual. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta aos Sistemas inFOR e PJe em 23.02.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	136,57	117,70	-13,82%	96,00	-18,44%
	Média Ordinário	244,65	231,60	-5,33%	286,83	23,85%
	Média Geral	219,89	206,66	-6,02%	273,82	32,50%

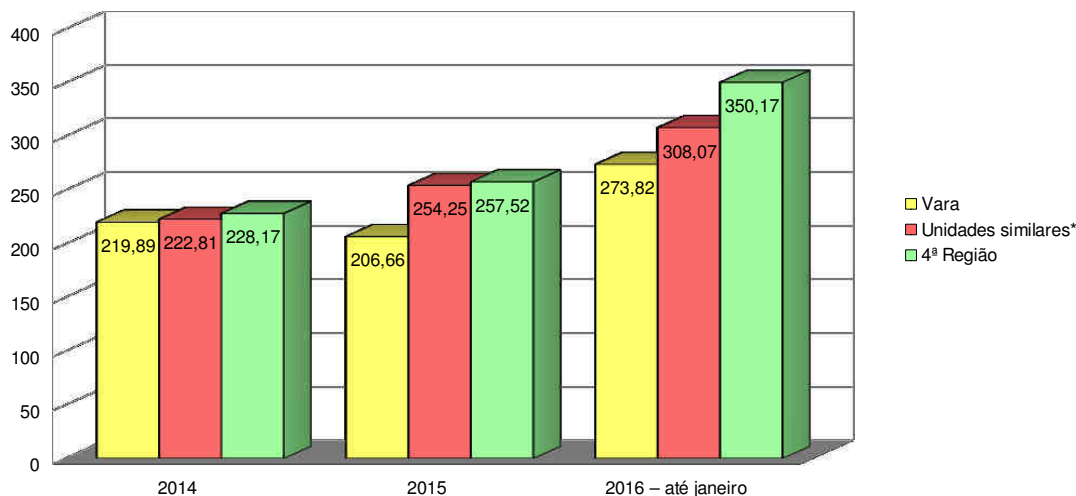
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Pelotas apresentou uma redução de 6,02%, passando de 219,89 para 206,66 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 13,82% em relação à média do ano anterior, passando de 136,57 para 117,70 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 231,60 dias, 5,33% mais célere na comparação com 2014.

Constatou-se, ainda, que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 18,72% mais célere (47,59 dias) que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 19,75% mais curto (50,86 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	165,85	207,39	25,05%	233,00	12,35%
	Média Ordinário	253,59	210,41	-17,03%	258,13	22,68%
	Média Geral	242,95	210,09	-13,52%	255,34	21,54%

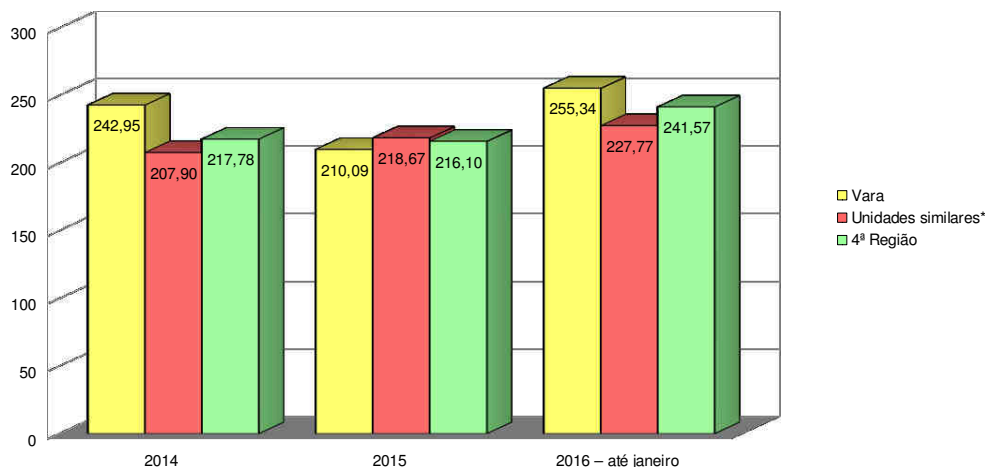
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 207,39 dias, o que equivale a uma elevação de 25,05% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 210,41 dias, 17,03% mais célere na comparação com 2014.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 3,92% mais célere (8,58 dias) que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 2,78% mais curto (6,01 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente Privado	618,31	768,79	24,34%	240,59	-68,71%
	Média Ente Público	2.025,53	2.014,53	-0,54%	307,00	-84,76%
	Média Geral	733,71	843,46	14,96%	244,28	-71,04%

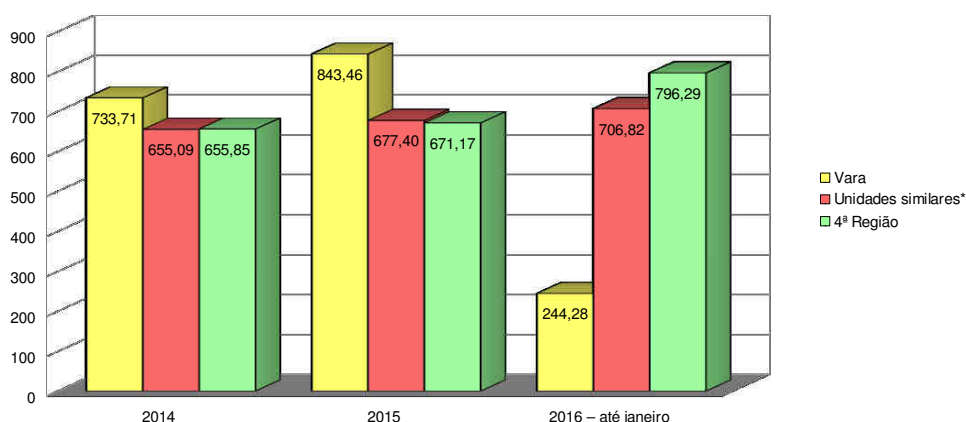
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2015 nos processos em que o executado era ente privado foi de 768,79 dias, o qual foi 24,34% maior do que o prazo do ano anterior. Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2015 foi de 2.014,53 dias, 0,54% mais célere do que a média do ano anterior.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constata-se que o tempo de tramitação na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Pelotas foi 24,51% mais moroso (166,06 dias) do que a média dessas unidades. Por sua vez, na comparação com a média de todo o TRT4, verifica-se que em 2015 o prazo médio de tramitação na Unidade foi 25,67% superior (172,29 dias) à média regional.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos em 2015	Solucionados em 2015	%	Resultado
1.112	1.103	99,19%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
622	617	99,20%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
348	562	161,49%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.



META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
4	4	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	15	17	14	Meta não cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	4	1	3	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	0	1	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	1	0	0	Meta cumprida
5º	União	2	2	1	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	0	6	0	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	4	0	3	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	6	12	5	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	4	3	3	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	219,89	206,66	217,69	Meta cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	567	535	551	425	557	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: *“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.*

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
110	44	40,00%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: *“Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.*

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
595	540	90,76%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: *“Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.*



META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.01)	Meta para 2016	Resultado parcial (até janeiro)
Total de acordos	567	535	551	6	563	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
Média mensal de acordos	47,25	44,58	45,92	6,00	46,92	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até janeiro)
27	9	33,33%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2013 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 e julgadas entre 1º.01.2014 e 31.01.2016	Grau de cumprimento	Resultado
4	4	100,00%	Meta cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até janeiro)	
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	17	17	16		



2º	Estado do Rio Grande do Sul	1	2	0	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	0	0	0	
5º	União	2	4	1	
6º	OI S.A.	6	6	5	
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	12	16	11	
9º	Banco do Brasil S.A.	3	3	2	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas e terças pela manhã, e terças, quartas e quintas à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	-	7(I) 3(U) 5(P)	7(I) 3(U) 4(P)	8(I) 2(U) 4(P)	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.03.2016)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	7(I) 3(P)	7(I) 3(U)* 2(P)	-	-	-
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Diretora da Secretaria em 30.03.2016)

* Quando necessário é incluída CPI.

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	21.06.2016	02.05.2016	21.06.2016	02.05.2016
Una Sumaríssimo	24.05.2016	31.05.2016	24.05.2016	03.05.2016
Instrução	06.12.2016 *	11.07.2016	30.08.2016	06.06.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

*Segundo informação prestada pela Diretora da Secretaria a J1 está antecipando audiências e abrindo novas pautas desde junho de 2016 para a pauta de instrução não avançar.
(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.03.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	72,19	81,08	12,31%	-	-
	Ordinário	71,99	92,10	27,94%	85,62	-7,04%
	Total	72,03	89,86	24,75%	85,62	-4,72%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio aumentado de 72,19 dias, em 2014, para 81,08 dias, em 2015 (elevação de 12,31%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 71,99 dias, em 2014, para 92,10 dias, em 2015 (aumento de 27,94%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	59,92	33,24	-44,51%	86,67	160,70%
	Ordinário	189,51	146,79	-22,54%	78,05	-46,83%



até o Encerramento da Instrução	Total	165,32	124,40	-24,75%	79,08	-36,43%
--	--------------	---------------	---------------	----------------	--------------	----------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 59,92 dias, em 2014, para 33,24 dias, em 2015 (queda de 44,51%). No rito ordinário, por sua vez, o prazo médio caiu de 189,51 dias, em 2014, para 146,79 dias, em 2015 (decréscimo de 22,54%).

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Ana Carolina Schild Crespo	326	211	90	9	636
Ângela Rosi Almeida Chapper	158	93	72	1	324
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	17	9	8	0	34
Edenilson Ordoque Amaral	542	290	114	6	952
Frederico Russomano	4	4	0	0	8
TOTAL	1.047	607	284	16	1.954
2016 (até 31.01)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Ângela Rosi Almeida Chapper	28	4	4	0	36
Edenilson Ordoque Amaral	1	0	0	0	1
TOTAL	29	4	4	0	37

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.02.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto nos artigos 17, 18 e 19, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Ana Carolina Schild Crespo	207	185	0	392	49	441
Ângela Rosi Almeida Chapper	45	74	0	119	29	148
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	8	13	0	21	2	23
Edenilson Ordoque Amaral	163	236	0	399	63	462
Frederico Russomano	1	3	0	4	1	5
Marcela Casanova Viana Arena	0	5	0	5	0	5
Marcelo Bergmann Hentschke	0	0	0	0	1	1
Marcelo Caon Pereira	0	6	0	6	0	6
Marina dos Santos Ribeiro	0	5	0	5	0	5
Nivaldo de Souza Junior	1	0	0	1	0	1
Rachel de Souza Carneiro	0	1	0	1	0	1
Sheila dos Reis Mondin Engel	0	4	1	5	0	5
TOTAL	425	532	1	958	145	1.103

2016 (até 31.01)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Ângela Rosi Almeida Chapper	6	2	0	8	6	14
Edenilson Ordoque Amaral	0	28	1	29	1	30
TOTAL	6	30	1	37	7	44

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.02.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

O Juiz Substituto **Edenilson Ordoque Amaral** possui **4** processos pendentes de sentença com mais de cinquenta dias. A conclusão mais antiga ocorreu em 20.11.2015.

Não se constata processos pendentes de sentença há mais de 50 dias em relação aos demais juízes que atuaram na unidade.

No total, são **4** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias, na Unidade.

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 28.03.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 22.03.2016. 50 dias anteriores à data da consulta: 06.02.2016)



7 ROTINAS DE SECRETARIA

A unidade adota divisão de trabalho de forma híbrida. Nos processos físicos o trabalho é dividido por tarefas, enquanto nos processos eletrônicos é dividido por carteira, com exceção da execução (lançamento de conta e alvarás) que é feita por tarefa, por tratar-se de trabalho que requer mais cautela e cuidado.

Nos processos físicos, na fase de conhecimento, o servidor minuta o despacho, o juiz assina, e logo após há cumprimento pelo mesmo servidor.

Nos processos que envolvem ente público, a empresa terceirizada é dispensada da audiência inaugural, sendo as reclamadas notificadas para apresentarem as contestações em Secretaria.

Segundo informações dos responsáveis pela execução na unidade, está funcionando muito bem o parcelamento, conforme previsto no CPC, com o depósito de 30% do valor e o saldo em até seis parcelas. Tal modalidade tem apresentado excelentes resultados por ser menos onerosa.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Os despachos urgentes são cumpridos imediatamente e os demais entre 4 a 5 dias da determinação.

As notificações da Procuradoria Regional Federal são realizadas semanalmente. O procurador comparece na Vara uma vez por semana para tomar ciência das notificações no balcão.

Não havia ofícios pendentes no dia da correição.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Mandados de citação, precatórios e RPV's: cumprimento de determinação feita em 09.03.2016.

Mandado de penhora: cumprimento de determinação feita em 07.03.2016.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Cumprimento de determinação feita em 21.03.2016 (atraso justificado pelas férias dos servidores e o feriado).

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Nos processos físicos, as petições urgentes são despachadas no mesmo dia. As demais petições estão sendo apreciadas em 10 a 15 dias.

No PJe estão sendo apreciadas as petições recebidas em 10.03.2016.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da correição estava sendo certificado o prazo do dia 21.03.2016.



7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ao TRT é feita semanalmente.

7.7 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza todos os convênios disponíveis regularmente.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento dos processos é realizado semanalmente. Não havia processos para arquivar no dia da correição.

7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é realizada após o retorno da ordem de bloqueio no BacenJud, e a retirada do devedor do BNDT é realizada após a expedição dos alvarás.

7.10 EXECUÇÃO REUNIDA

A execução reunida na Unidade é feita através da criação de expedientes, nos quais tramitam todos os atos da execução, e após os valores são repassados para os processos.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	015500-03.1996.5.04.0102 ¹	06.05.2015	9 meses e 12 dias
2	0053100-04.2009.5.04.0102 ²	29.10.2015	3 meses e 19 dias
3	0111100-75.2001.5.04.0102 ³	23.11.2015	2 meses e 25 dias
4	0000412-60.2012.5.04.0102 ⁴	03.12.2015	2 meses e 15 dias
5	0154200-70.2007.5.04.0102 ¹	07.12.2015	2 meses e 11 dias
6	0114100-44.2005.5.04.0102 ⁴	18.12.2015	2 meses
7	0000886-60.2014.5.04.0102 ⁵		
8	0030400-34.2009.5.04.0102 ⁴	23.01.2016	25 dias
9	0000168-05.2010.5.04.0102 ⁴	25.01.2016	23 dias
10	0000404-83.2012.5.04.0102 ⁴	31.01.2016	17 dias
11	0000832-94.2014.5.04.0102 ⁶	1º.02.2016	16 dias
12	0001156-55.2012.5.04.0102 ⁴	03.02.2016	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.02.2016)



¹ Foram expedidas notificações para devolução do processo. Há despacho publicado determinando expedição de mandado de busca e apreensão, ainda não cumprido.

² Foi expedida notificação para devolução do processo, publicado despacho determinando expedição de mandado de busca e apreensão, cuja diligência foi negativa. Há novo despacho de determinando a reexpedição do mandado.

³ Foi expedida notificação para devolução do processo, publicado despacho determinando expedição de mandado de busca e apreensão, cuja diligência foi negativa.

⁴ Expedida notificação para devolução do processo, ainda sem cumprimento.

⁵ Foi expedida notificação para devolução do processo, publicado despacho determinando expedição de mandado de busca e apreensão, o qual foi expedido porém ainda não remetido à central na data da consulta. Em adição, foi expedida nova notificação para devolução do processo.

⁶ Foi deferida a dilação de prazo requerida e informado novo prazo após o seu vencimento, independente de decisão constante do sistema.

De registrar que, apesar de advertida nos relatórios das correições ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou movimentação, prática essa danosa aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000654-87.2010.5.04.0102 ¹	16.11.2015	3 meses e 2 dias
2	0001069-02.2012.5.04.0102 ²	20.11.2015	2 meses e 28 dias
3	0000789-60.2014.5.04.0102 ¹	02.12.2015	2 meses e 16 dias
4	0000354-91.2011.5.04.0102		
5	0000215-71.2013.5.04.0102		
6	0000459-34.2012.5.04.0102	18.12.2015	2 meses
7	0000395-92.2010.5.04.0102 ¹	21.01.2016	27 dias
8	0000178-44.2013.5.04.0102		
9	0000605-75.2012.5.04.0102	26.01.2015	22 dias
10	0101100-69.2008.5.04.0102	1º.02.2016	16 dias
11	0243200-43.1991.5.04.0102 ¹		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.02.2016)

¹ Deferida a dilação de prazo requerida pelo perito, porém já vencida segundo informação do sistema.

² Deferida a dilação de prazo requerida pelo perito, porém sem informação da data final no sistema.

De registrar que, apesar de advertida nos relatórios das correições ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou



movimentação, prática essa danosa aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 17.02.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **823 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000075-03.2014.5.04.0102 - Sumaríssimo
Aspectos gerais dos autos*: Documento em tamanho reduzido acostado à fl. 27/verso, embora numerado e quantificado, não está rubricado pelo servidor. Movimentação processual: Autos ficaram sem movimentação de 19.05.2015 a 13.10.2015 pelas razões expostas na certidão da fl. 28 não havendo suspensão ou interrupção dos prazos (movimento paredista dos servidores).	
2	0001174-42.2013.5.04.0102
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
3	0000230-06.2014.5.04.0102
Aspectos gerais dos autos*: numeração das folhas 104 e 107 com rasuras. Movimentação processual: Autos com intervalos sem movimentação de junho a outubro, em virtude da greve compreendido entre 09.06.2015 a 01.10.2015, conforme certidão da fl. 93. Demora para impulso processual, petição protocolada em 30.11.2015, despachado em 16.12.2015 e lançado a certidão de cálculos em 18.01.2016.	
4	0000887-45.2014.5.04.0102 – Carta Precatória
Aspectos gerais dos autos*: numeração das fls. 39/41 ilegíveis. Movimentação processual: Demora no impulso processual, despacho assinado em 24.02.2015 e a expedição da certidão de cálculo ocorreu em 23.03.2015; petição protocolada em 01.04.2015 foi apreciada em 23.04.2015. Autos ficaram sem movimentação de 29.07.2015 a 06.10.2015 pelas razões expostas na certidão da fl. 36 não havendo suspensão ou interrupção dos prazos (movimento paredista dos servidores).	
5	0000059-15.2015.5.04.0102
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: demora para designação da audiência inicial, ajuizada em 28.01.2015 e audiência designada para dia 19.05.2015 (fl. 41);	
6	0000389-46.2014.5.04.0102 - Sumaríssimo
Aspectos gerais dos autos*: Documento em tamanho reduzido acostados às fls. 76/verso e 114, embora numerados e quantificados, não estão rubricados pelo servidor; numeração das	



folhas 103, 106 e 114 ilegíveis. **Movimentação processual:** nada a apontar. **Peculiaridade:** a Unidade faz certidão informando a inclusão no BNDT (fl. 95).

7

0001095-97.2012.5.04.0102

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** Autos ficaram sem movimentação de 11.05.2015 a 05.10.2015 pelas razões expostas na certidão da fl. 222/verso não havendo suspensão ou interrupção dos prazos (movimento paredista dos servidores). **Peculiaridade:** a Unidade faz certidão para informando a inclusão no BNDT (fl. 225).

8

0001204-14.2012.5.04.0102 - Sumaríssimo

Aspectos gerais dos autos: Documentos em tamanho reduzido juntados às fls. 89/verso e 91/verso, embora numerados, não foram quantificados e rubricados pelo servidor. **Movimentação processual:** Autos ficaram sem movimentação de 15.05.2015 a 20.10.2015 pelas razões expostas na certidão da fl. 222/verso não havendo suspensão ou interrupção dos prazos (movimento paredista dos servidores).

9

0226500-21.1993.5.04.0102

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** certidão datada de 26.11.2015 não junta documento comprovando a pesquisa realizada sobre o andamento do processo na Justiça Federal.

10

0135400-09.1998.5.04.0102

Aspectos gerais dos autos*: Documento em tamanho reduzido acostado à fl. 974/verso, embora quantificado, não está rubricado e numerado pelo servidor. **Movimentação processual:** Autos ficaram sem movimentação de 03.07.2015 a 05.10.2015, pelas razões expostas na certidão da fl. 967/verso, não havendo suspensão ou interrupção dos prazos (movimento paredista dos servidores).

* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 17.02.2016.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido	0000228-07.2012.5.04.0102
	0000006-34.2015.5.04.0102
Carta precatória com registros desatualizados aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento	0000862-66.2013.5.04.0102
	0001006-40.2013.5.04.0102
	0000653-63.2014.5.04.0102
	0000929-94.2014.5.04.0102
	0001219-12.2014.5.04.0102
	0000990-52.2014.5.04.0102
	0001132-56.2014.5.04.0102



Demora no impulso processual	0050300-86.1998.5.04.0102
	0000813-88.2014.5.04.0102
	0202200-92.1993.5.04.0102
Processo reunido a outro sem andamento	0236300-10.1992.5.04.0102
	0128100-06.1992.5.04.0102
	0151600-04.1992.5.04.0102
	0198200-78.1995.5.04.0102
Execução reunida, suspensão do processo ou processo reunido a outro sem registro no inFOR	0000400-85.2008.5.04.0102
	0000338-69.2013.5.04.0102
	0110700-17.2008.5.04.0102
Registros desatualizados	0000415-78.2013.5.04.0102
	0024000-04.2009.5.04.0102
	0001166-31.2014.5.04.0102

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação prestada pela Diretora de Secretaria a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que referida norma vigeu por quase todo o período correccionado, até 15.03.2016. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26,1, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

A Diretora de Secretaria informou que o(a) Juiz(a), imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Conforme informação da Diretora de Secretaria, o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária (art. 18, V, “g”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do



Trabalho de 2012 e art. 26, V, “g” da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016). Tal constatação é relativa ao período anterior ao novo Código do Processo Civil, não havendo, ainda, procedimento apurado após.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 17.04.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, na data da inspeção. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas	-	17	0020752-20.2015	08/03
Com habilitações não lidas	-	150	0020240-37.2015	11/09
Com pedido de liminar	-	36	0020281-04.2015	17/07
Com petições não apreciadas	-	116	0020654-35.2015	10/03
Mandados devolvidos OJ	-	12	0020286-89.2016	16/03

Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Apreciar urgentes	-	03	0020374-30.2016	28/03
Apreciar dependência	-	05	0020376-97.2016	28/03
Aguardando cumprimento de providência	1-Conhecimento	66	2016-02-15 0020057-32.2016	01/02
Aguardando ciência	1-Conhecimento	01	0020278-49.2015	28/03
Aguardando ciência decisão-ConPra	1-Conhecimento	01	0020466-42.2015	29/03
Aguardando término dos prazos	1-Conhecimento	56	0020596-32.2015	29/02
Controle de Sobrestamento/Suspensão	1-Conhecimento	-	-	-
Controle manual do prazo pós sentença	1-Conhecimento	08	2016-02-29 (2) 0020355-58.2015	03/02
Prazos vencidos	1-Conhecimento	07	0020632-74.2015	22/03
Triagem inicial	1-Conhecimento	28	0020443-31.2015	22/03
Aguardando cumprimento de providência	2-Liquidação	07	2016-15-04 (1) 0020426-60.2015	21/03
Aguardando término dos prazos	2-Liquidação	02	0020173-72.2015	28/03
Controle de Sobrestamento/Suspensão	2-Liquidação	-	-	-
Controle manual do prazo pós sentença	2-Liquidação	-	-	-
Prazos vencidos	2-Liquidação	-	-	-
Aguardando cumprimento de providência	3-Execução	17	2016-02-29 (7) 0020094-93.2015	04/02
Aguardando ciência decisão – ConPra	3-Execução	-	-	-
Aguardando término dos prazos	3-Execução	02	0020696-84.2015	16/02
Controle de	3-Execução	-	-	-



Sobrestamento/Suspensão				
Controle manual do prazo pós sentença	3-Execução	-	-	-
Prazos vencidos	3-Execução	05	0020445-66.2015	19/02

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

A Vara está bem organizada em relação às caixas criadas no interior de cada tarefa, o que facilita a visualização e compreensão dos andamentos processuais executados nos processos eletrônicos.

Há, contudo, agrupadores não atualizados, a exemplo do denominado “Processos com pedido liminar ou antecipação não apreciado”, no qual consta o processo número 0020341-40.2016 já com decisão acerca da antecipação requerida.

Em relação as tarefas, na “Análise de Conhecimento” o mais antigo é de 21.03.2016, mas poderia estar na “Aguardando audiência”. Vale observar que a tarefa “Análise de conhecimento” é de passagem, sendo recomendável que os processos que ali estão sejam movimentados a tarefas específicas.

A tarefa “aguardando Término dos Prazos” contém processo pendente desde 29.02.2016 (0020596-32.2015.5.04.0102), mas no prazo.

Na tarefa “Controle Manual – Prazo pós-sentença” há processos que necessitam de andamento, como o de número 0020355-58.2015.5.04.0102 que transitou em julgado em 19.02.2016 e continua parado.

Na tarefa “minutar Expediente da Secretaria” há seis processos, todos pendentes de alvarás O mais antigo (0020215-24.2015.5.04.0102) é de 14.03.2016.

Consta da tarefa “Remeter ao 2º Grau” o processo 0020398-92.2015.5.04.0102 desde 15.03.2016.

Na tarefa “Analisar Despacho - Liq” também há processo (nº 0020095-78.2015) com longo tempo entre o trânsito em julgado da sentença, ocorrido em 28.01, e o início da liquidação, 30.03.2016, no dia da correição.

Tarefa “Aguardando Cumprimento Providência - Liq”, subtarefa “Analisar cálculo”: Dar andamento aos processos. Processos pendentes de análise desde 24.02.2016 (0200174-57.2015.5.04.0102) e 26.02.2016 (0020009-10.2015.5.04.0102).

Na tarefa “Análise de Execução”, subpasta “Executar”, deve ser dado andamento aos processos especialmente ao de número 0020201-40.2015, cujo último movimento é um despacho de 15.02.2016.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Inicialmente, cabe destacar a informação da Diretora de Secretaria de que o trabalho na unidade está com atraso de alguns dias, em especial no cumprimento de despachos, em virtude das férias de cinco servidores no mês de março e de outro servidor estar em LTS.



A Diretora de Secretaria realiza um excelente trabalho com uma equipe de servidores comprometida com o trabalho. É visível a organização da unidade e a colaboração de todos os servidores e juízes, que demonstram interesse em melhorar à prestação de serviços.

Oportuno destacar o empenho dos juízes que atuaram na unidade durante o período correccionado, em especial os juízes substitutos **Ana Carolina Schild Crespo** e **Edenilson Ordoque Amaral**, pelo expressivo número de audiências realizadas em decorrência da convocação, pelo TRT, da Juíza Titular **Ângela Rosi Almeida Chapper**, bem como o número expressivo de processos solucionados no mencionado período, que demonstram o comprometimento com a prestação jurisdicional.

Por fim, destaca-se as excelentes instalações físicas da unidade que contempla dois gabinetes para juízes.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6.b).

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.5).

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que atualize os seus agrupadores e, ainda, que movimente os processos da “Análise de Conhecimento” a tarefas específicas às providências a serem adotadas.



13 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

ITEM 3.5.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 290 – Embargos de Declaração – Oposição – RDA”, datado de 18.05.2012, no processo nº 0000208-84.2010.5.04.0102, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento informatizado “Petição Protocolada – 280 – Embargos à Execução/Penhora – Apresentação – RDA;

- b) adote o seguinte procedimento no sistema PJe para a correção da pendência constatada no processo nº 0020154-66.2015.5.04.0102:

*1. Retirar o processo da tarefa “Aguardando apreciação da instância superior”, clicando-se no botão “Recebimento de instância superior”. 2. A partir da Análise do Conhecimento, fazer o processo concluso para julgamento (complemento “Antecipação de Tutela”) e selecionar a magistrada para o qual consta a pendência (juíza Ana Carolina Schild Crespo); 3. Na tarefa de minuta da sentença, sugere-se inserir no editor de textos conteúdo indicando que aquele ato se refere a um ajuste de movimentação processual. **Indicar: Partes cientes “não” e intimar DEJT “não”. Após, registrar o resultado “Concedida a antecipação de tutela a Rafael Romano da Silveira”;** 4. Encaminhar o processo para assinatura da magistrada; 5. Após a assinatura, o processo será movimentado para a tarefa “Preparar comunicação”. Deve-se, então, clicar em “Cancelar” e o processo retornará à Análise do Conhecimento; 6. Verificar se os movimentos relativos ao julgamento foram registrados, e, da Análise do Conhecimento, enviar o processo para “Remeter ao 2º Grau – Conhecimento”; 7. Nessa tarefa, deve-se cadastrar um nó de desvio. Após, localizar o processo, abrir a tarefa e selecionar a próxima ação “Aguardando apreciação da instância superior”.*

- c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 05.06.2012, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré e da decisão que deixou de receber o referido incidente processual no processo nº 0000208-84.2010.5.04.0102;

- d) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 31.10.2008 e 04.11.2008 (respectivamente), relativos à conclusão para



juízo de julgamento da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela parte ré e da decisão que rejeitou o referido incidente processual no processo nº 0079600-49.2005.5.04.0102;

- e) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 280 – Embargos à Execução/Penhora – Apresentação – RDA”, datado de 25.04.2012, no processo nº 0013500-30.1996.5.04.0102, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento informatizado “Petição Protocolada – 340 – Exceção de Pré-Executividade – Apresentação – RDA;
- f) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 26.08.2014, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que rejeitou o referido incidente processual no processo nº 0169100-54.1990.5.04.0102.

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

ITEM 6.8 (processos conclusos para sentença há mais de 50 dias na data da correição)

Determina-se que o Juiz **Edenilson Ordoque Amaral** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, **no prazo de 10 dias**, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPC.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **823 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de



outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados nos processos como os de nº 0000228-07.2012.5.04.0102; 0000006-34.2015.5.04.0102, dentre outros;
- b) informe a reunião em execução, se for o caso, nos processos como os de nº 0000400-85.2008.5.04.0102; 0000338-69.2013.5.04.0102; 0110700-17.2008.5.04.0102, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito nos processos como os de nº 0050300-86.1998.5.04.0102; 0000813-88.2014.5.04.0102; 0202200-92.1993.5.04.0102, dentre outros;
- d) devolva Cartas Precatórias ou dê andamento às devolvidas como as de nº 0000862-66.2013.5.04.0102; 0001006-40.2013.5.04.0102; 0000653-63.2014.5.04.0102; 0000929-94.2014.5.04.0102; 0001219-12.2014.5.04.0102; 0000990-52.2014.5.04.0102; 0001132-56.2014.5.04.0102, dentre outras;
- e) dê andamento aos processos reunidos como os de nº 0236300-10.1992.5.04.0102; 0128100-06.1992.5.04.0102; 0151600-04.1992.5.04.0102; 0198200-78.1995.5.04.0102, dentre outros,
- f) atualize os registros em processos como os de nº 0000415-78.2013.5.04.0102; 0024000-04.2009.5.04.0102; 0001166-31.2014.5.04.0102, dentre outros.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Determina-se à Unidade Judiciária que:

- a) movimente os processos constantes da tarefa “Controle Manual – Prazo pós-sentença” com prazos vencidos até 48h antes da data da correição;
- b) movimente os processos pendentes de alvará até 48h antes da correição, contidos na tarefa “Minutar Expediente da Secretaria”;
- c) movimente o processo 0020398-92.2015.5.04.0102 constante da tarefa “Remeter ao 2º Grau”;
- d) dar andamento aos processos 0020174-57.2015.5.04.0102 e 0020009-10.2015.5.04.0102 na “Aguardando Cumprimento de Providência – Liq”;
- e) dar andamento aos processos na “Análise de Execução”, caixa “executar” parados até 48h antes da correição.

14 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:



- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPC/2008;
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPC/2008. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência.

15 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, a Diretora de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Pelotas, no dia 30.03.2016, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram as advogadas Noêmia Gomes Reis e Andréa Pereira Ferreira e os representantes da Subseção da OAB em Pelotas, Paula Pereira Grill e Diogo Mascarenhas. A advogada Andréa Pereira Ferreira relatou sua inconformidade com o tratamento dispensado pela Diretora de Secretaria. Também houve manifestação dos advogados acerca da notícia de fechamento do Posto do Banco do Brasil que funciona no Foro.

16 SOLICITAÇÃO PARA ÁREA ADMINISTRATIVA

A Juíza Titular da Unidade manifestou preocupação sobre a notícia de fechamento do Posto do Banco do Brasil que funciona no Foro. A situação também foi referida pelos advogados. A manifestação deverá ser encaminhada pela Secretaria desta Corregedoria à Diretoria-Geral para apreciação.

17 PRAZO PARA RESPOSTA

17.1. A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste



Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

17.2 O Juiz Substituto **Edenilson Ordoque Amaral** deverá atender ao determinado neste relatório, observado o prazo estipulado.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Ângela Rosi Almeida Chapper, pela Diretora de Secretaria Maria Antonieta Cavada Martins e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional